ATO PGJ N° 690/2017

Institui o Prêmio de Melhores Práticas no Ministério Público do Estado do Piauí e aprova seu regulamento.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as definidas no art. 12, V da Lei Complementar Estadual nº 12/93 e no art. 10, V da Lei Federal nº 8.625/1993; e nos ditames da Carta de Brasília, publicada em 16/05/2016, atinentes ao fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro:

CONSIDERANDO, que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CR/1988), sendo o Ministério Público uma garantia constitucional fundamental de acesso à Justiça, tanto da sociedade, no plano da tutela coletiva, amplamente considerada, quanto do indivíduo;

CONSIDERANDO que o Promotor de Justiça e seus auxiliares tem função de intermediadores da pacificação social, visando à resolução consensual dos conflitos, controvérsias e problemas, faz-se imperativo o reconhecimento institucional de membros e servidores, que por suas práticas, ações e medidas tem alcançado este desiderato;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília traz diretrizes estruturantes para consolidação do Ministério Público como agente de transformação social, prevendo o estabelecimento de práticas por meio de projetos sociais, com monitoramento e controle de eficácia;

CONSIDERANDO que é necessário avaliar as ações de membros e servidores e materializar, de forma objetiva, mecanismos de aferição de resultados, valorizando as boas práticas adotadas,

R E S O L V E:

Art. 1º Instituir o Prêmio Melhores Práticas no Ministério Público do Estado do Piauí, destinado a estimular, reconhecer e premiar boas experiências relacionadas a atuação institucional, que promovam ações, projetos e medidas, em defesa da sociedade, conforme as categorias descritas no Regulamento.

Art. 2º Aprovar o regulamento do Melhores Práticas no Ministério Público do Estado do Piauí.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Teresina, 05 de maio de 2017.

Cleandro Alves de Moura

Procurador Geral de Justiça

REGULAMENTO

1. DO PRÊMIO

1.1 O Prêmio de Melhores Práticas no Ministério Público do Estado do Piauí visa identificar, reconhecer, estimular e divulgar práticas bem sucedidas que contribuam direta ou indiretamente para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo como resultado a valorização das boas práticas e dos projetos inovadores voltados para sociedade, a fim de divulgá-los e disseminá-los.

2. OBJETIVO

2.1 O objetivo geral do Prêmio é valorizar membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí e contribuir para a replicação de boas experiências.

2.2 Os objetivos específicos deste edital são: identificar, conhecer e divulgar boas práticas e iniciativas inovadoras que vêm sendo desenvolvidas por membros e servidores do Ministério Público; compartilhar as melhores iniciativas com outras instituições; reconhecer o trabalho criativo e de qualidade que vem sendo executado na área; contribuir para valorização e disseminação do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público, de acordo com as seguintes critérios:

I – estejam alinhadas ao Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Piauí e às diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP;

II – visem à excelência no atendimento aos cidadãos, buscando a melhoria contínua da prestação de serviços, de acordo com os princípios constitucionais da administração;

III – configurem experiências resolutivas;

IV – sejam voltadas a atender as necessidades da sociedade;

V – estimulem a criatividade;

VI – coadunem e impulsionem a Missão, a Visão, os Valores do Ministério Público do Estado do Piauí.

3. DAS PRÁTICAS

3.1. As práticas constituem um conjunto de medidas (técnicas, metodologias, atividades, procedimentos, tarefas, rotinas), integradas por um objetivo comum e adotadas para garantir eficiência, qualidade e melhoria de determinados serviços ou ações já existentes, com reconhecimento de valor para os envolvidos direta ou indiretamente nas práticas realizadas.

4. CATEGORIAS

4.1 Poderão participar do Prêmio membros e servidores do MPPI, sendo permitido a cada participante inscrever 1 (uma) experiência, ou projeto, ou ação, por categoria, podendo inscrever-se em até 2 (duas) categorias:

I – Redução da Criminalidade;

II – Preservação dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

III – Proteção ao Meio Ambiente;

IV – Proteção dos Direitos dos Idosos;

V – Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- VI –Proteção a Saúde Pública de Qualidade;
- VII – Garantia dos Direitos do Consumidor;
- VIII- Garantia da Probidade na Gestão Pública;
- IX- Efetividade da comunicação interna e externa do Ministério Público;
- X- Promoção da garantia da Cidadania Plena;
- XI – Promoção da defesa da mulher vítima de violência doméstica e familiar;
- XII- Captação de Recursos;
- XIII – Promoção de ações na área estruturante.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

5.1.1 As inscrições serão realizadas no período de **10 de maio a 10 de julho de 2017**, devendo o candidato preencher a Ficha de Inscrição (anexo 02) e enviá-la, em formato PDF, para o e-mail: boaspraticas@mppi.mp.br.

5.1.2 Cada Ficha de Inscrição corresponderá à inscrição de uma prática, limitado o número de inscrições a um total de 5 (cinco) por membro ou servidor, nos termos do item 4.1 deste Regulamento.

5.1.3 A mesma prática não poderá ser registrada em mais de uma categoria, acarretando a desclassificação pela Comissão Organizadora em todas as categorias inscritas, no caso de descumprimento do disposto neste item.

5.1.4 Poderão ser inscritas práticas que tenham sido efetivamente desenvolvidas pelo membro ou servidor proponente e que tenham sido iniciadas no período de janeiro de 2016 a março de 2017.

5.1.5 As práticas inscritas podem ter sido concluídas ou estar em execução, desde que seja possível mensurar os resultados.

5.1.6 As inscrições que não atenderem ao disposto neste Regulamento, mesmo que em termos formais, e cuja ficha de inscrição não estiver preenchida corretamente, serão indeferidas pela Comissão Organizadora.

5.1.7 A inscrição ao Prêmio é gratuita.

5.1.8 No caso de indeferimento da inscrição, o interessado poderá interpor recurso à Comissão Organizadora, no prazo de 3 (três) dias, que decidirá, fundamentalmente, em até 5 (cinco) dias.

6. DA COMISSÃO JULGADORA

6.1 A Comissão Julgadora será integrada por 7(sete)componentes, sendo 02 membros escolhidos pelo Procurador Geral de Justiça, e, dentre eles, designará o Presidente da comissão, 1(um) membro indicado pela Associação Piauiense do Ministério Público; 01 (um) servidor escolhido pelo Procurador Geral de Justiça, 01 (um) representante indicado pela Universidade Federal do Piauí, 01(um) representante indicado pelo Poder Judiciário e 01 (um) representante indicado pela OAB-PI.

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1 As práticas serão julgadas mediante avaliação dos seguintes critérios:

I – eficiência;

II – celeridade;

III – qualidade;

IV – criatividade;

- V – praticidade;
- VI – ineditismo;
- VII – exportabilidade;
- VIII – satisfação do usuário;
- IX – alcance social;
- X – desburocratização;
- XI – produtividade.

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO
I- eficiência	<ul style="list-style-type: none"> • conjugação de rapidez, qualidade e efetividade na solução dos conflitos; • otimização de recursos internos dos tribunais; • publicização das decisões tomadas; • aumento da produção • redução de custos para análise: tempo utilizado;
II- celeridade	<ul style="list-style-type: none"> • rapidez na solução dos conflitos: menor tempo entre o ajuizamento e a solução de um processo
III – qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • estabelecimento de metas de desempenho na gestão; • atendimento qualificado ao usuário externo;
IV – criatividade	<ul style="list-style-type: none"> • grau de simplicidade na implementação e no desenvolvimento da experiência apresentada;
V – praticidade	<ul style="list-style-type: none"> • inserção de novos processos
VI – ineditismo	<ul style="list-style-type: none"> • capacidade de inovação da experiência apresentada;

VII – exportabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • capacidade de disseminação da prática ou de um conjunto de práticas;
VIII – inovação	<ul style="list-style-type: none"> • inovar é inventar, sejam ideias, processos, ferramentas ou serviços, consistente uma ação ou projeto novo, diferenciado e criativo para solucionar um problema, ou atender a uma determinada demanda, gerando impactos significativos nessa ação ou no projeto desenvolvido. A ideia de inovação, no entanto, não deve ficar fadada apenas à invenção de novos produtos, serviços ou tecnologias, mas também ao valor ou conceito de determinada coisa, como o modo de organizar.
IX – alcance social	<ul style="list-style-type: none"> • capacidade de pacificação da sociedade e produção do bem comum
X – desburocratização	<ul style="list-style-type: none"> • redução ou eliminação da burocracia; supressão dos procedimentos desnecessários que tornam um processo ou uma estrutura administrativa menos célere e eficiente.
XI – produtividade	<ul style="list-style-type: none"> • resultado daquilo que é produtivo, ou seja, do que se produz, do que é rentável. É a relação entre os meios, recursos utilizados e a produção final. É o resultado da capacidade de produzir, de gerar um produto, fruto do trabalho, associado à técnica e ao capital empregado.

8. DA APURAÇÃO DO RESULTADO

8.1 A Comissão Julgadora atribuirá pontuação para cada critério com valor representado por um número inteiro compreendido entre 0 (zero) e 5 (cinco) pontos.

8.1.1 A pontuação final obtida por cada prática inscrita será a soma aritmética da pontuação de todos os critérios constantes no item 7.1, dadas por cada jurado.

8.2 As práticas vencedoras serão aquelas que atingirem a maior pontuação final nas respectivas categorias.

8.3 Por ocasião do julgamento, em caráter conclusivo, será realizada reunião com todos os membros da Comissão Julgadora para que, à luz da pontuação objetiva atribuída, ocorra uma discussão e um consenso, lavrado em Ata, das práticas sagradas vencedoras.

8.4 Em caso de empate, vencerá a prática com maior pontuação no critério criatividade, e, persistindo o empate, vencerá aquela com maior pontuação no critério inovação.

9. DO PROCESSO DE SELEÇÃO E PREMIAÇÃO

9.1 O processo de seleção e premiação será realizado nas seguintes etapas:

I – 1ª etapa – Triagem: os trabalhos inscritos passarão por verificação por parte da comissão organizadora quanto ao cumprimento dos requisitos básicos para inscrição e participação;

II – 2ª etapa – Julgamento: as práticas triadas, em cada categoria, serão submetidas à avaliação da comissão julgadora.

III – 3ª etapa – Divulgação: A comissão organizadora divulgará, sem indicar a ordem de classificação, os 03 (três) trabalhos mais bem avaliados em cada categoria, que serão convocados para a cerimônia de premiação.

IV – 4ª etapa – Premiação: os trabalhos vencedores serão premiados com troféus, em cerimônia de premiação, a realizar-se no dia **15 de Dezembro de 2017**, e serão divulgados no site do Ministério Público do Estado do Piauí.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A inscrição no Prêmio de Boas Práticas implicará na aceitação tácita de eventual publicação, divulgação e utilização das práticas inscritas, independentemente de premiação, assim como a autorização do uso de imagens, textos, vozes e nomes, em qualquer meio de divulgação e promoção (interno, externo e/ou de imprensa), sem ônus ou termo de retribuição.

10.2 Durante o período compreendido entre o início das inscrições e a data da premiação, a Comissão Julgadora poderá, a seu critério, averiguar a veracidade e consistência das informações apresentadas pelos candidatos, bem como solicitar aos mesmos informações e documentação comprobatória complementares acerca da prática inscrita.

10.2.1 O não atendimento das solicitações, bem como qualquer outro óbice à atuação das Comissões, ensejará a desclassificação da prática inscrita no Prêmio.

10.3 Quaisquer dúvidas sobre o Prêmio de Boas Práticas do MPPI poderão ser esclarecidas por meio do e-mail boaspraticas@mppi.mp.br ou por meio dos telefones 3223-5848 – Ramal 4561 (Assessoria de Planejamento e Gestão) e (86)3221-1670 CEAF.

10.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

ANEXO 01 - CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO
<i>Lançamento do Edital</i>	<i>04 de maio de 2017</i>
<i>Período de Inscrição</i>	<i>10 de maio a 10 de julho de 2017</i>
<i>Divulgação das Práticas Inscritas</i>	<i>07 a 11 de agosto de 2017</i>
<i>Divulgação dos Finalistas</i>	<i>17 de novembro de 2017</i>
<i>Cerimônia de Premiação</i>	<i>15 de Dezembro de 2017</i>

ANEXO 02

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO DO(S) AUTOR(ES):

LOTAÇÃO:

EMAIL:

TELEFONE:

CATEGORIA:

- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -
- VI -
- VII -
- VIII -
- IX -
- X -
- XI -
- XII -

TÍTULO DA PRÁTICA:

DATA: ____ / ____ / ____

Assinatura do responsável

Declaro que tomei conhecimento do Regulamento do Prêmio de Boas Práticas do Ministério Público do Estado do Piauí.

Observação: É obrigatório o preenchimento de todos os campos e da assinatura do Responsável. A falta de assinatura e de preenchimento de todos os campos desclassifica a inscrição da prática.

ANEXO 03
MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA

PRÁTICA
1) TÍTULO:
2) DESCRIÇÃO DA PRÁTICA - limite de 8 (oito) páginas:
3) HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO - limite de 2 (duas) páginas:
4) RELEVÂNCIA DA PRÁTICA EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS INDICADOS NO ITEM 7 DESTE REGULAMENTO - limite de 2 (duas) páginas:
5) RESULTADOS:
6) ANEXOS:

Observação 1: utilizar espaçamento simples e fonte tamanho 12.

Observação 2: o limite de páginas nos campos 2, 3 e 4 inclui a possível utilização de gráficos, fotos e demais elementos visuais.

Observação 3: Enviar arquivos em formato PDF ou JPG com a descrição da prática.

ANEXO-04

PROJETOS – MPPI

UNIDADE ADMINISTRATIVA:

NOME DO PROJETO:

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

O alinhamento estratégico de acordo com o plano estratégico 2010/2022

E-MAIL DO MEMBRO/SERVIDOR RESPONSÁVEL

E-MAIL DO MEMBRO OU SERVIDOR RESPONSÁVEL (GESTOR)

DATA INICIAL: DATA DE INÍCIO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO OU PROGRAMA

ORGÃOS ENVOLVIDOS/ PARCEIROS

DETALHAMENTO DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E/OU EXECUÇÃO IMPACTADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO E QUE CONTRIBUAM PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.

PÚBLICO ALVO

IDENTIFICAR OS SETORES DA SOCIEDADE OU ASSUNTOS DE INTERESSE PÚBLICO QUE O PROJETO BUSCA IMPACTAR.

EMENTA DO PROJETO:

DESCRIÇÃO DE FORMA SUCINTA DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROJETO, SUA ABRANGÊNCIA, SUA DEMANDA, A QUE ELE SE PROPÕE. A EMENTA PODE TAMBÉM ENUMERAR OS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO DO PROJETO EM QUESTÃO.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA (PROBLEMA)QUE MOTIVOU O

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.

DESCRIÇÃO DO TRABALHO:

DETALHAR AS RESPONSABILIDADES DE CADA UM DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E/OU EXECUÇÃO ENVOLVIDOS. É RECOMENDÁVEL QUE ALÉM DA DISTRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES, TAMBÉM SEJAM DESCRITAS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES E ETAPAS QUE SERÃO REALIZADAS PELOS ÓRGÃOS PARA EXECUÇÃO DAS TAREFAS QUE LHE FOREM ATRIBUÍDAS. AS ATIVIDADES DESCRITAS DEVEM SER ESPECÍFICAS DENTRO DE UM ESQUEMA SEQUENCIAL E RELACIONADAS ÀS ETAPAS DOS PROJETOS.

PONTOS FORTES:

DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS INTERNAS(PONTOS FORTES QUE FAVORECERAM A EXECUÇÃO DO PROJETO).

PONTOS FRACOS:

DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS INTERNAS(PONTOS FRACOS QUE DIFICULTARAM OU ATÉ MESMO IMPEDIRAM A REALIZAÇÃO DE DETERMINADAS AÇÕES DO PROJETO).

OPORTUNIDADES:

DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS EXTERNAS (OPORTUNIDADES FORTES QUE CONTRIBUÍRAM PARA EXECUÇÃO DO PROJETO).

AMEAÇAS:

DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS EXTERNAS (AMEAÇAS QUE DIFICULTARAM OU ATÉ MESMO IMPEDIRAM A REALIZAÇÃO DE DETERMINADAS AÇÕES DO PROJETO).

CRONOGRAMA/DURAÇÃO DO PROJETO:

É O PRINCIPAL RECURSO DE GERENCIAMENTO DE TEMPO DE UM PROJETO, POIS DETERMINA QUANDO CADA ATIVIDADE DEVE SER INICIADA E CONCLUÍDA, EM UM ENCADEAMENTO LÓGICO E SEQUENCIAL. SEU PRINCIPAL OBJETIVO É GARANTIR QUE CADA ETAPA SEJA ENTREGUE

DENTRO DO PRAZO ACORDADO.

ESTIMATIVA DE RECURSO:
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, TECNOLÓGICOS, MATERIAIS E HUMANOS UTILIZADOS NO PROJETO.

INDICADORES PARA MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS

RESULTADOS ESPERADOS / PRODUTOS:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

AÇÃO	PRAZO

MONITORAMENTO DO PROJETO

Gerência:

Equipe: